

**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREÂMBULO

EDITAL DE PROCESSO Nº	1099863
OBJETO	Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	Pregão Eletrônico nº 070/2026
CONTROLE INTERNO Nº	90069/CPB/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	0814/2026
AMBIENTE ELETRÔNICO	www.licitacoes-e.com.br
RETIRADA DO EDITAL	Presencial e/ou por meio de baixa de arquivos digitais pelos endereços eletrônicos: www.licitacoes-e.com.br e www.cpb.org.br
TELEFONE DE CONTATO	(11) 4710 – 4129
INÍCIO DO PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTAS ELETRÔNICAS	31 de agosto de 2026.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PROCESSAMENTO DO CERTAME	14 de setembro de 2026, às 10h00min

O **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, em acordo com as disposições contidas neste termo de convocação, no Regulamento de Aquisições e Contratos/RAC, aprovada pela Resolução CPB nº 01 de 03 de abril de 2023 e alterado por Deliberação da DIREX em 30 de setembro de 2025, subsidiariamente pela Lei 14.133/2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/22 e da Lei Complementar nº 123/2006 e suas atualizações, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **“LICITAÇÕES-E”**, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR VALOR POR LOTE**, a ser processada pela Comissão Permanente de Licitação deste Comitê, em conformidade com as disposições deste edital e respectivos anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no **LICITAÇÕES-E**, do Portal do Banco do Brasil.



A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzido pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados na portaria CPB nº 115 de 19 de novembro de 2025 e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. **DO OBJETO**

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a **Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.**, em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência que integra o presente Edital de Licitação **Pregão Eletrônico nº 070/2026**, como Anexo I.

2. **DA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema **LICITAÇÕES-E**, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro;
- 2.2. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas que se enquadram na condição de empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos da Lei Complementar nº 123/06;
- 2.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na sessão pública do pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante;
- 2.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico;
- 2.5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.6. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, dos interessados:
- 2.6.1. Que se encontre impossibilitada de participar da licitação e de celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;





- 2.6.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 2.6.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 2.6.4.1. Caso a empresa esteja em processo de recuperação judicial, deverá ser apresentada a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.6.5. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CPB ou com agente que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.7. Tenham sido proibidos pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
- 2.6.8. Dirigente, bolsista ou empregado da entidade;
- 2.6.9. Fornecedores que tenham perdido ou estejam suspensos no direito de contratar com o CPB;
- 2.6.10. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal ou com o CPB;
- 2.6.11. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.6.12. Que possuam sócios ou funcionários com vínculo empregatício com o Comitê Paralímpico Brasileiro ou com as Entidades de Administração do Desporto;





2.6.13. Outros casos identificados, inclusive no decorrer do certame, mediante justificativa da Comissão de Aquisição ou do Pregoeiro.

2.6.14. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP-, atuando nessa condição;

2.6.15. Que se enquadrem nas hipóteses do artigo 35 do Regulamento de Aquisições e Contratos (RAC/CPB), nos casos não previstos neste Edital.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. **O orçamento estimado da presente contratação é de R\$ 1.294.093,91 (um milhão duzentos e noventa e quatro mil e noventa e três reais e noventa e um centavos)**

LOTE	VALOR TOTAL
1	R\$ 479.213,95
2	R\$ 423.293,66
3	R\$ 391.586,30

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

4.1.1. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

4.1.2. Para acesso ao Sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o seu pré-cadastramento junto ao Banco do Brasil, devendo se dirigir a uma agência do Banco do Brasil - provedor do Sistema Eletrônico de Compras Licitações-E - e preencher os formulários próprios.

4.1.3. Os licitantes interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “licitacoes-e”.

4.1.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.5. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico dentro do Portal “**LICITAÇÕES-E**”, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco.

4.1.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB) a





responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 4.1.7. É vedado o credenciamento de um mesmo representante para duas ou mais empresas.
- 4.1.8. O credenciamento da empresa e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.2. **DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS**

- 4.2.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico os documentos de habilitação exigidos no edital e proposta com a descrição do objeto ofertado, quando solicitado pelo Pregoeiro.
- 4.2.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 4.2.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, conforme legislação.
- 4.2.4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.4.1. **VALOR TOTAL DO LOTE;**

4.2.4.2. Descrição detalhada do objeto, conforme requer este Edital e o Termo de Referência;

- 4.2.5. As propostas devem ser elaboradas por preço único, conforme solicitado na proposta, incluindo todo material necessário, como também toda mão de obra necessária para execução do serviço, seguindo as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (anexo I deste Edital).
- 4.2.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.2.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 47.

4.2.6.1.1. A falta da declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento diferenciado





previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e empresa de pequeno porte;

- 4.2.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.2.6.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 4.2.6.4. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas na legislação pertinente e, neste edital, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 4.2.7. O licitante deverá informar no campo “Informações Adicionais” do Formulário Eletrônico da Proposta (tal formulário é disponibilizado para os fornecedores quando efetuam o “acesso identificado” no site www.licitacoes-e.com.br), que atende plenamente as especificações dos serviços, de acordo com o Edital. A falta dessa informação não acarretará a desclassificação do licitante, visto que a inserção de proposta no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, indica que o licitante está ciente destas condições, não podendo alegar desconhecimento das informações contidas no Edital e de seus deveres, em nenhuma hipótese.
 - 4.2.7.1. **É VEDADA A INCLUSÃO DE QUALQUER IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE NA PROPOSTA EVENTUALMENTE ANEXADA AO SISTEMA ‘licitacoes-e’.** Caso o Pregoeiro verifique alguma identificação, tanto nas ‘informações adicionais’ quanto na eventual proposta anexada, o licitante será DESCLASSIFICADO.
- 4.2.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante detentora.
- 4.2.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 4.2.10. A Detentora deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.





- 4.2.10.1. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da gerenciadora, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário.
- 4.2.11. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 4.2.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.2.13. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, as informações adicionais e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 4.2.14. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de classificação e fase de lances.
- 4.2.15. Para fins de formação do valor estimado da contratação, julgamento das propostas, fase de lances e disputa de preços, serão considerados exclusivamente os quantitativos previstos para o Comitê Paralímpico Brasileiro CPB, na qualidade de Órgão Gerenciador. Os quantitativos estimados destinados às entidades coparticipantes possuem caráter meramente informativo e visam exclusivamente possibilitar futuras contratações por adesão à Ata de Registro de Preços, não integrando o valor de referência da licitação, nem devendo ser considerados pelas licitantes para composição do valor global da proposta, para a formulação dos lances ou para o julgamento da licitação

5. DA HABILITAÇÃO

- 5.1. O julgamento da habilitação se processará mediante a análise dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual e Sociedade Limitada Unipessoal – SLU”, conforme a Lei n. 13.874/19 e a Lei n. 14.195/2021;





- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou prova de sua isenção, se for o caso;
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, como segue:
 - b.1) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e dívida ativa da União;
 - b.2) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
 - b.2.1) No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Municipal se dará através de Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários.
 - b.2.2) Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de execução dos serviços, sem prejuízo da apresentação da certidão referente a sua sede ou domicílio, de acordo com o modelo constante do Anexo III deste Edital.
- c) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (CRF – FGTS);



- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda, devidamente ativo.

5.1.2.1. a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

5.1.2.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

5.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a.1) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

a.2) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, por intermédio dos quais será verificado o atendimento dos índices fixados neste Termo de Convocação e o patrimônio líquido.

b.1) A empresa terá sua situação financeira avaliada, com base na obtenção do Índice Liquidez Corrente (ILC), maiores que um (>1), resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.2) A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), para efeito da sua habilitação deverá comprovar por meio de balanço patrimonial do último exercício social, patrimônio





líquido mínimo ou capital social no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação, o qual – considerando a necessidade de demonstrar capacidade financeira para a execução da Ata – fica estabelecido como percentual mínimo exigido de capital ou de patrimônio líquido da empresa.

- b.3) Entende-se como Balanço Patrimonial, na forma da lei, é um relatório contábil que deve ser elaborado e apresentado de acordo com as normas legais. Para ser considerado autêntico, o balanço patrimonial deve cumprir as seguintes formalidades; O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade; indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhados do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento; Prova de registro na Junta Comercial, com a devida chancela da Junta Comercial ou Código de Registro).
- b.4) A Licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o Balanço Patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.
- b.5) Quando se tratar de Sociedades Anônimas, o Balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o artigo 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no artigo 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

5.1.4. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 5.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV** atestando que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com os modelos constantes do **Anexos V**, afirmando que

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO
Rod. dos Imigrantes, km 11,5 - Vila Guarani, São Paulo - SP, 04329-100



sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira e ao CPB, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 – Lei Anticorrupção.

5.1.4.3. Ficha de Cadastro de Fornecedor, conforme **Anexo VI**.

5.1.4.4. Questionário de ***Due Diligence***, conforme **Anexo VII**, a avaliação do Questionário será realizada pelo Departamento de Compliance do CPB, que emitirá uma recomendação sobre contratar com o terceiro ou não, que, em caso negativo, será submetida à Diretoria Executiva do CPB. A Diretoria Executiva do CPB poderá vetar a contratação com base na avaliação do Questionário de *Due Diligence*, o que importará na inabilitação da licitante, sendo oportunizado o contraditório e ampla defesa no momento destinado ao recurso no procedimento de licitação.

5.1.5. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

5.1.5.1. Atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços de **Transporte Terrestre de Cargas**, em características, porte e complexidade compatíveis com o objeto do lote para o qual a licitante apresentar proposta, admitindo-se, para fins de comprovação da qualificação técnica, experiência compatível com a respectiva tipologia de veículo prevista no lote.

5.1.5.2. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a experiência apresentada deverá guardar compatibilidade com o serviço a ser executado, considerando-se, conforme o lote disputado, a utilização de **Caminhão-baú: Lote 01, Veículo urbano de carga (VUC): Lote 02 ou Carro Utilitário: Lote 03**, não sendo exigida experiência específica com tipo de veículo diverso daquele correspondente ao lote para o qual a licitante concorrer.

5.1.5.3. Será admitida a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, desde que, em conjunto, comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com as características e condições exigidas para o respectivo lote.

5.1.5.4. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado (s) por autoridade ou representante de quem o (s) expediu, com a devida identificação.



6. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 6.1. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor das declarações e comprovações elencadas no item V deste Edital, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes, garantidos os direitos ao contraditório e a ampla defesa.
- 6.2. Na hipótese de convocação das licitantes classificadas remanescentes, deverão ser retomados os procedimentos cabíveis, em sessão pública, procedendo-se conforme especificações deste edital.
- 6.3. Abertura das propostas: No dia e horário previstos neste edital, o Pregoeiro designado para condução do certame dará início à sessão pública do pregão eletrônico, passando a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 6.3.1. **Análise:** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.
- 6.3.2. Serão desclassificadas as propostas:
- a) Que contiverem vícios insanáveis;
 - b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo CPB;
 - e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 6.3.3. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 59, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.3.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- 6.3.5. Não cabe desistência de proposta após abertura da Sessão Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.





- 6.5. Após a fase de "Classificação das Propostas", o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da "Sessão Pública" (LANCES), da qual só poderão participar os licitantes que tiveram suas propostas classificadas.
- 6.6. Na etapa competitiva, que será aberta com o menor preço ofertado na fase de inserção de propostas, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao Sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.7. O Sistema eletrônico aceita e registra lances cujos valores forem inferiores ao último lance do próprio licitante ou de seus concorrentes.
- 6.7.1. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.7.2. Não serão aceitos pelo Sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.7.3. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de: R\$ 0,01 (um centavo), para o Lote.
- 6.7.4. O encerramento da etapa normal de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, sobre o início do modo randômico.
- 6.7.4.1. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o Sistema eletrônico encaminhará aviso de encerramento do modo normal da disputa, após o que transcorrerá período randômico (aleatório), que pode variar de 1 segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de disputa de lances.
- 6.7.4.2. O tempo randômico é gerado pelo Sistema, não sendo possível ao Pregoeiro, ou a qualquer outra pessoa, sua administração.
- 6.7.5. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do Sistema. Na tela será emitido um aviso e na sequência o Pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos licitantes.
- 6.7.6. O Sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.





- 6.7.7. No caso de não haver lances na "Sessão Pública", serão considerados os valores obtidos na etapa de "Abertura das Propostas".
- 6.7.8. Ao final da sessão pública (LANCES), o sistema informará a proposta de menor preço e seu autor, bem como a nova ordem classificatória. O Pregoeiro convocará o licitante vencedor para apresentar documentos e proposta atualizada.
- 6.8. **Empate ficto:** Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.
- 6.8.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.8.2. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.8.3. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.8.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.8.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.8.6. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.8.7. Independente da condição especial de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a empresa melhor classificada deverá atender, na íntegra, a exigência dos itens deste Edital.





- 6.8.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das empresas enquadradas como ME ou EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, a critério do Pregoeiro.
- 6.8.8.1. A não-regularização da documentação, nos termos do item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 6.8.8.2. Não se concretizando a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, a autoridade competente decidirá motivadamente pela revogação ou pelo prosseguimento da licitação.
- 6.8.8.3. Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte ter se sagrado vencedora da licitação, com o benefício do empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, poderão ser convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, desconsiderado o preço ofertado no primeiro empate, garantidos os mesmos prazos inicialmente concedidos. Não havendo o exercício do benefício do desempate por microempresa ou empresa de pequeno porte ou sua efetiva contratação, o objeto licitado poderá ser adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, nos termos do disposto no § 1º do artigo 45 da Lei complementar nº 123/06.
- 6.8.8.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ter se sagrado vencedora da licitação por ter sido desde logo a mais bem classificada, poderão ser convocadas os licitantes remanescentes, na ordem classificatória, para o prosseguimento do certame ou da contratação, conforme o caso, sem a aplicação do benefício do empate ficto. O Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.8.8.5. Aplica-se o disposto também às hipóteses de inabilitação de microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada.
- 6.9. Após a etapa disputa de lances, o Pregoeiro solicitará ao(s) licitante(s) vencedor(es) provisório(s) a apresentação dos documentos de habilitação, conforme estabelecido no Edital e seus anexos.
- 6.9.1. Será concedido um prazo de 01 (uma) hora, contado a partir da solicitação do Pregoeiro, para que o Licitante inicie e conclua o envio de todos os documentos





de habilitação solicitados no Edital. O não cumprimento desse prazo acarretará a desclassificação do Licitante.

- 6.9.2. Após o término do prazo estabelecido no subitem 6.9.1, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante a complementação de algum dos documentos. Isso significa que, mesmo após o envio dos documentos, o licitante pode ser solicitado a corrigir, complementar ou validar informações, se necessário.
- 6.9.3. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro no subitem 6.9.1 poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 6.9.4. Devido ao limite imposto pelo sistema no envio de arquivo, está Comissão recomenda que ao enviar os documentos de habilitação os licitantes, os compactem em um arquivo na nuvem, os deixando disponíveis para a visualização desta Comissão e dos demais licitantes, enviando no sistema apenas um documento com o link de acesso gerado.
- 6.9.5. Em casos específicos, ou que o sistema eletrônico venha a apresentar algum tipo de oscilação/quedas ou qualquer outro problema, o pregoeiro poderá permitir que envio dos documentos de habilitação e os demais anexos, sejam enviados para o e-mail pregao@cpb.org.br.
- 6.9.6. Os documentos recebidos por e-mail serão disponibilizados no endereço <https://cpb.org.br/licitacoes/> ainda no curso da sessão pública para acesso de todos os participantes.
- 6.9.7. Os documentos necessários à habilitação deverão, sob responsabilidade pessoal do licitante ou seu representante, ser apresentados via sistema eletrônico, desde que contenham assinatura digital de seus representantes, dispensando-se o envio físico dos originais ou cópias autenticadas.
- 6.9.8. Em caso de dúvida quanto à autenticidade do documento, o pregoeiro abrirá prazo de dois dias úteis para apresentação do documento original.
- 6.9.9. O Pregoeiro poderá solicitar no chat de mensagens aberto no Sistema, desde o encerramento da disputa até a efetiva homologação do processo licitatório, a documentação das demais licitantes classificadas, obedecendo a ordem de classificação, para garantir a execução do objeto dentro das exigências do Edital. As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital, ficando de inteira responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das mensagens e dos resultados naquele Sistema até a homologação do certame.





- 6.9.10. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 6.9.10.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólico irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.9.11. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.9.12. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.
- 6.9.13. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensão por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do Anexo II.
- 6.9.14. Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado VENCEDOR e, transcorridas as fases e os prazos legais, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 6.9.15. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se aqueles destinados a comprovar as características e condições da prestação do serviço ofertado, tais como informações relativas aos veículos a serem utilizados, capacidade de carga, tipo de veículo, equipamentos e demais recursos necessários à execução do objeto, bem como documentos, autorizações, certificados, apólices de seguro, registros de rastreamento ou outros documentos pertinentes, quando exigidos no Termo de Referência, os quais deverão ser encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo de seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.9.15.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.





6.9.16. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.9.17. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

6.9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema, em até 20 (vinte) minutos após a decisão de habilitação (definida no sistema LICITACOES-E), manifestando obrigatoriamente sua intenção de recurso, sob pena de preclusão (conforme art. 165, §1º, I, da Lei 14.133/21), com registro da síntese das suas razões, no campo apropriado do Sistema (“acolhimento de recurso”). O Pregoeiro fará análise da motivação da intenção de recurso, procedendo então sua aceitabilidade ou cancelamento.

7.1.1. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal estabelecido em Edital e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

7.1.2. Caso o recurso seja intempestivo ou não se comprove a representatividade legal do signatário, o CPB, de ofício, fará análise preliminar para verificar se há ilegalidade na decisão, e deixará de analisar o mérito, caso o conteúdo seja manifestamente protelatório.

7.2. Havendo manifestação indicando intenção em recorrer, na forma indicada no subitem 7.1, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar as razões de recurso, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual prazo, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação das razões, sendo-lhes assegurada vistas dos autos, após o Pregoeiro declarar o vencedor”, alterando o status do licitante arrematante para “Declarado Vencedor” no Sistema eletrônico www.licitacoes-e.com.br. A vista se dará no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, no Departamento de Aquisições e Contratos – DEAC do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, localizado no Centro de Treinamento Paraolímpico, sito a Rodovia dos Imigrantes, Km 11,5, CEP 04329-000, Vila Guarani, São Paulo, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 12:00 e das 13:00 às 18:00.





- 7.2.1. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas exclusivamente por meio eletrônico, no sistema LICITAÇÕES-E, "Acolhimento de Recurso". Não será aceita manifestação fora do local determinado pelo sistema ("acolhimento de recurso"), ou seja, não será aceito por e-mail, telefone, pessoalmente ou via chat de mensagem.
- 7.2.2. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.2.3. A falta de interposição na forma prevista no subitem 7.1 importará a decadência do direito de recorrer e a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto do certame ao vencedor.
- 7.3. Homologado o resultado da licitação, será lavrada ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações.
- 7.4. A adjudicação e homologação será feita pelo preço global, considerando a somatória e descrição dos valores unitários que o compõe, conforme detalhamento constante do Termo de Referência.

8. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 8.1. Ao Licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 8.2. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão e validação da sessão pública ou do certame.

9. DA CONSTITUIÇÃO, DA VALIDADE E DA ADEÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Os preços unitários e totais que vigorarão no ajuste serão os ofertados pela licitante que apresentar a proposta comercial mais vantajosa durante a sessão pública do procedimento a que se refere este Edital.
 - 9.1.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período com vistas a obtenção de preços e condições vantajosas para o Gerenciador, desde que haja anuência das partes.
 - 9.1.2. Estes preços devem incluir, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e constituirá, a





qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito fornecimento do objeto desta licitação, de modo que nenhuma outra remuneração seja devida

- 9.1.3. Os preços ofertados somente poderão ser reajustados após 12 (doze) meses de sua vigência, nos termos previstos na minuta da ata de registro de preço, constante do Anexo VIII deste edital, sendo vedado qualquer novo reajuste pelo prazo estipulado.
- 9.2. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por outras entidades na condição de não participantes, respeitadas os requisitos previstos no artigo 31 do decreto 11.462/23, mediante anuência do órgão GERENCIADOR.
- 9.2.1. As entidades interessadas no registro de preços, quando desejarem, mediante justificativa, deverão consultar o órgão GERENCIADOR da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 9.2.2. Serão observadas as regras de limites e vedações previstas nos artigos 31 a 35 do Decreto nº 11.462/2023.
- 9.3. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e na própria Ata.
- 9.3.1. A existência de preços registrados não obriga o CPB a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações e regulamento de aquisições e contratos do CPB, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 9.3.2. Quando da necessidade de contratação, o Órgão Participante, por intermédio do gestor da Ata de Registro de Preço por ele indicado, consultará o Órgão Gerenciador para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.
- 9.4. A estimativa de quantidade, decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços.
- 9.4.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.





- 9.5. Em caso de descumprimento das obrigações que venham a impactar o CPB, a Ata poderá ser rescindida, observadas as sanções cabíveis e garantidos a ampla defesa e o contraditório.

10. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1. O objeto desta licitação deverá ser executado nos prazos, condições e locais indicados no Termo de Referência, que constitui Anexo I deste Edital, correndo por conta da Detentora todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação dos serviços.
- 10.2. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura da Ata, podendo ser prorrogado por igual período, inclusive com a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. O ato de prorrogação da vigência da Ata deverá indicar, expressamente, o quantitativo renovado, com vistas à obtenção de preços e condições vantajosas para o GERENCIADOR, desde que haja anuência das partes.

11. DOS PAGAMENTOS

- 11.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar do atesto da nota fiscal pelo fiscal e/ou responsável do CPB, acompanhada obrigatoriamente dos documentos de: regularidade fiscal e trabalhista, conforme Regulamento de Aquisições e Contratos - CPB, devendo a retenção ser efetuada, conforme responsabilidade prevista na lei, na fonte dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com a legislação vigente.
- 11.2. A discriminação do objeto, valor unitário e total, deverão ser reproduzidos na nota fiscal apresentada para prosseguir nos tramites de liquidação/pagamento.
- 11.2.1. A discriminação dos bens efetivamente entregues deverá ser reproduzida na nota fiscal apresentada para efeito de pagamento, a qual deverá ser encaminhada para o e-mail nf@cpb.org.br.
- 11.2.2. O não envio da nota fiscal para o e-mail nf@cpb.org.br poderá ocasionar atrasos nos tramites de liquidação/pagamento.
- 11.2.3. No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal ou ainda a ausência de documentação, ocorrendo a necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 11.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, de titularidade da empresa e o emissor da nota fiscal, vinculada ao CNPJ.





- 11.4. Quaisquer pagamentos não isentarão a DETENTORA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do fornecimento relacionados e descritos no anexo I.
- 11.5. A DETENTORA, fica condicionada à apresentação dos documentos a seguir, para a efetivação do pagamento:
- 11.5.1. A Nota Fiscal deverá conter também a identificação da Ordem de Início do fornecimento, quando cabível, e o Número do Contrato;
- 11.5.1.1. Na hipótese de existir Nota de Retificação e/ou Nota Suplementar de Ordem de início ou Termo Assinado, cópia(s) desses(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.
- 11.5.2. Regularidade Fiscal:
- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica no site do Ministério da Fazenda;
 - b) Certidão de regularidade perante o FGTS;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - d) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - e) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários.
 - f) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante.
- 11.6. O CNPJ da documentação fiscal deverá ser o mesmo da proposta de preço apresentada no respectivo procedimento licitatório, sob pena de rescisão contratual;
- 11.7. O CPB poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa DETENTORA, nos termos deste Edital e seus anexos.
- 11.8. Caso a DETENTORA deixe de manter as condições exigidas para sua habilitação no certame, o presente ajuste poderá ser rescindido e, cumulativamente, será aplicada multa de até 30% sobre o valor do contrato ou da parcela vincenda.
- 11.9. Nenhum pagamento será efetuado na integralidade enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira ou contratual em virtude de penalidade aplicada.



- 11.10. Previamente ao pagamento, o **GERENCIADOR** poderá realizar consulta aos órgãos competentes para ratificar a situação de regularidade da **DETENTORA** relativamente às condições de habilitação exigidas.
- 11.11. Fica ressalvada qualquer alteração futura por parte do Comitê Paralímpico Brasileiro, quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores, mediante prévio comunicado.
- 11.12. Quaisquer pagamentos não isentarão a Detentora das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos itens ou serviços descritos no anexo I.

12. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 12.1. As condições do ajuste para formalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes constam na Minuta da Ata de Registro de Preços.
- 12.2. Após a homologação do certame a empresa classificada em primeiro lugar é obrigada a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estipulado no item 12.3.
- 12.3. O prazo para a apresentação da documentação para a formalização da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no item 13 deste edital, devendo a empresa detentora apresentar a seguinte documentação:
- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
 - b) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários.
 - d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- 12.4. A Ata deverá ser assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de documento de identificação.
- 12.5. Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o subitem 12.2 por parte de alguma das licitantes vencedoras ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado ao órgão GERENCIADOR proceder nos termos do §2º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, convocar as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, para, querendo,



fazê-lo em igual prazo, obrigatoriamente, nas mesmas condições propostas pela empresa adjudicatária.

- 12.6. A(s) detentora(s) da ata deverão manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 90 (noventa) dias do término da sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro desse prazo, dará ensejo ao Gerenciador, a seu exclusivo critério, de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.
- 12.7. Os atos decorrentes da assinatura da Ata de Registro de Preço se consubstanciarão da notificação, contados a partir da data da notificação da detentora do objeto da licitação para tanto, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, ocasião em que deverá apresentar os documentos elencados no item 12.3, acrescido das seguintes documentações:

12.7.1. Indicação do responsável pela fiscalização e execução contratual perante o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB.

13. DAS SANÇÕES

- 13.1. Além das sanções previstas na cláusula nona, da Minuta da Ata de Registro de Preços,, também poderão ser aplicadas à DETENTORA as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, assim como as penalidades abaixo elencadas, sendo-lhe sempre assegurada o contraditório e a ampla defesa.
- 13.2. Ocorrendo recusa em assinar o contrato e/ou fornecer o objeto, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pelo CPB, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa mediante prévia notificação, serão aplicadas:
- 13.2.1. Multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- 13.2.2. Pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Comitê Paralímpico Brasileiro pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 13.3. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, der causa a tumultos durante a sessão pública de pregão, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa mediante prévia notificação, serão aplicadas as penalidades referidas nos subitens 13.2.1 e 1.2.2, a critério do CPB.
- 13.4. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.





- 13.5. O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério do CPB e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que ela tenha a receber do CPB.
- 13.6. Em caso de inadimplemento da multa imposta, o valor será reajustado pelo índice IPCA e sofrerá incidência de juros de mora de 1% ao mês.
- 13.7. São aplicáveis à presente licitação, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21, bem como as disposições do Código Civil.
- 13.8. Quando da execução do objeto desta licitação, a empresa estará sujeita às penalidades previstas no Regulamento de Aquisições e Contratos, instituído pela resolução CPB nº 01 de abril de 2023, nas proporções e condições descritas na Minuta da Ata de Registro de Preços deste Edital.

14. DO CADASTRO RESERVA

- 14.1. DECLARADO O VENCEDOR, será concedido o prazo de 05 (cinco) minutos para que os licitantes manifestem interesse em aderir a ata de registro de preços, via chat da sessão pública, com registro na respectiva ata, devendo ser nas mesmas condições financeiras apresentadas pela licitante vencedora e nas mesmas condições de habilitação previstas no instrumento convocatório de que trata o art. 18, do Decreto nº 11.462/2023.
- 14.2. Serão aceitos para a formação do cadastro reserva os licitantes que aceitarem reduzirem seus preços ao valor da proposta do licitante adjudicatário.
- 14.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em igual valor ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva. Em relação àquelas licitantes que mantiverem sua proposta original, serão reclassificadas.
- 14.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o mais bem colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 15.1. Além das obrigações constantes do Anexo I do Edital, cabe a DETENTORA as obrigações previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

- 16.1. Além das obrigações constantes do Anexo I do Edital, cabe a GERENCIADOR as obrigações previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços.





17. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 17.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, da transparência, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão Eletrônico serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 18.3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes: para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais participantes, até a etapa de habilitação.
- 18.3.1. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados nos sítios eletrônicos www.cpb.org.br e www.licitacoes-e.com.br.
- 18.4. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, exclusivamente via e-mail, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, de acordo com o Art. 164, da Lei Federal 14.133/21.
- 18.5. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos, será formulada, exclusivamente por e-mail pregao@cpb.org.br.
- 18.5.1. Caso os pedidos de esclarecimentos / impugnação realizados via e-mail, serão disponibilizados no sistema pelo pregoeiro, no campo "MENSAGENS" do sistema LICITACOES-E, o pedido e a resposta do questionamento do licitante, para a ciência dos demais. Caso o campo não suporte a mensagem completa, o pregoeiro disponibilizará o link de acesso.
- 18.6. As impugnações serão decididas pela autoridade Competente e respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública. Após respondidos, qualquer alteração / acréscimo de informação que venha a surgir de algum esclarecimento, automaticamente passará a fazer parte do Edital do Certame e deverá ser conhecido pelos demais licitantes.
- 18.7. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.



- 18.8. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo suporte do "Sistema do LICITACOES-E".
- 18.9. Fica a licitante ciente de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste Edital e seus anexos, não podendo invocar qualquer desconhecimento dos termos do edital ou das disposições legais aplicáveis a espécie, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.
- 18.10. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CPB não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.11. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 18.12. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução das avenças e especialmente os casos omissos.
- 18.13. O CPB poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar ou anular, no todo ou em parte a licitação, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 18.14. Com base no artigo 64, da Lei Federal nº 14.133/2021, é facultada à Comissão Julgadora, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 18.15. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pela Comissão de Licitação, ouvida, se for o caso, as Unidades competentes.
- 18.16. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da DETENTORA, a Ata de Julgamento da licitação, por conter os valores obtidos ao final da etapa de lances, a proposta readequada com as reduções obtidas após a Licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu.
- 18.17. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 18.18. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais disciplinando a matéria.
- 18.19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do CPB.

- 18.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o Sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.
- 18.21. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Comitê Paralímpico Brasileiro revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no Sistema para conhecimento dos licitantes da licitação.
- 18.22. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas através do Sistema Eletrônico do LICITAÇÕES-E, na página correspondente à licitação, e poderão ser estendidas aos licitantes por qualquer outro meio de comunicação ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União.
- 18.23. É facultada à Comissão Julgadora, quando identificados fatos ou circunstâncias que demandem maior apuração, submeter o processo de contratação à prévia análise de integridade pelo Compliance, para avaliação dos riscos relacionados ao licitante e à contratação.
- 18.23.1. A Diretoria Executiva poderá, com fundamento na análise de integridade e no respectivo parecer do Compliance, inabilitar o licitante quando este recomendar o não prosseguimento da contratação, observado o disposto no art. 76, inciso IV e §§ 3º, 4º e 5º do Regulamento de Aquisições e Contratações
- 18.24. Integram o presente Edital:

Anexo I	Termo de Referência;
Anexo II	Modelo de Planilha de Proposta – CPB;
Anexo II-A	Modelo de Planilha de Proposta – CBDV;
Anexo III	Modelo de Declaração: Nada deve à Fazenda Municipal;
Anexo IV	Modelo de Declaração: Constituição Federal – artigo 7º, não há impedimentos em licitar; enquadramento como ME/EPP e Reserva de Cargos;
Anexo V	Modelo de Declaração: Lei anticorrupção;
Anexo VI	Cadastro de Fornecedor;
Anexo VII	Questionário de <i>Due Diligence</i> de Integridade;
Anexo VIII	Minuta de Ata de Registro de Preços.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

Beatriz Martins Dias

Pregoeira

Comitê Paralímpico Brasileiro

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO
Rod. dos Imigrantes, km 11,5 – Vila Guarani, São Paulo – SP, 04329-100



COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MINIMAS

1. OBJETO

- 1.1. SRP – Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.

2. JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

- 2.1. A presente contratação visa dar continuidade e garantir a prestação de serviços de transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional para atender as demandas dos eventos esportivos realizados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.
- 2.2. A natureza do objeto deste Termo, dadas suas características, enquadra-se como serviços/bens comuns, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas a serem as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão Eletrônico.
- 2.3. A Adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços – justifica-se pela conveniência da aquisição parcelada dos materiais para atender às demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.
- 2.4. O quantitativo estimado neste Termo de Referência baseia-se no consumo do Comitê Paralímpico Brasileiro dos anos anteriores, contudo esse quantitativo estará condicionado a diversos fatores externos como, fluxo de pessoas e demandas de trabalho, dentre outros, não representando qualquer fonte de obrigação deste Comitê em efetuar a aquisição em sua totalidade
- 2.5. Atendendo às necessidades do departamento de Eventos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- a) Possibilidade de o fornecimento ocorrer somente quando surgir a necessidade em se adquirir os itens registrados.
- b) Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e compras Diretas dos custos operacionais durante o ano.
- c) Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS COMUNS

- 3.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de que tratam a Lei nº 14.133/21, de abril de 2021, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação, que são as usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico



**4. TIPOS DE VEÍCULOS**

4.1. A Prestação de Serviços de Transporte de Cargas deverão ser realizados através dos veículos abaixo descritos:

a) Caminhão Bau

Veículos de três eixos com carroceria fechada

Comprimento mínimo: 9 metros
Largura máxima: 2,60 metros
Altura máxima: 4,40 metros
Capacidade de carga máxima: 4.000kg

Categoria: Caminhão toco ou truck

b) VUC (Veículo Urbano de Carga)

Veículos de dois eixos com carroceria Fechada

Comprimento máximo: 7,20 metros
Largura máxima: 2,20 metros
Altura máxima: 3,50 metros
Capacidade de Carga Máxima: 3.000Kg

c) Carros Utilitários

Veículos de dois eixos

Capacidade de Carga Máxima: 1.500Kg.

Categoria: Furgões, vans e veículos comerciais leves

5. QUADRO DESCRITIVO**5.1. GERENCIADOR****5.1.1. Comitê Paralímpico Brasileiro**

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	Caminhão Bau - Veículos de três eixos com carroceria fechada Comprimento mínimo: 9 metros Largura máxima: 2,60 metros Altura máxima: 4,40 metros Capacidade de carga máxima: 4.000kg Categoria: Caminhão toco ou truck	KM
2	VUC (Veículo Urbano de Carga) Veículos de dois eixos com carroceria Fechada Comprimento máximo: 7,20 metros Largura máxima: 2,20 metros Altura máxima: 3,50 metros Capacidade de Carga Máxima: 3.000Kg	KM
3	Carros Utilitário: Veículos de dois eixos Capacidade de Carga Máxima: 1.500Kg. Categoria: Furgões, vans e veículos comerciais leves	KM





5.2. TABELA DE CÁLCULO

LOTE 1					
TIPO DE CARGA: GERAL					
CAMINHÃO CARROCERIA FECHADA			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM	\$ P/EIXOS	
				3	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100		R\$	R\$
2	101	200		R\$	R\$
3	201	300		R\$	R\$
4	301	400		R\$	R\$
5	401	500		R\$	R\$
6	501	600		R\$	R\$
7	601	700		R\$	R\$
8	701	800		R\$	R\$
9	801	900		R\$	R\$
10	901	1000		R\$	R\$
11	1001	1100		R\$	R\$
12	1101	1200		R\$	R\$
13	1201	1300		R\$	R\$
14	1301	1400		R\$	R\$
15	1401	1500		R\$	R\$
16	1501	1600		R\$	R\$
17	1601	1700		R\$	R\$
18	1701	1800		R\$	R\$
19	1801	1900		R\$	R\$
20	1901	2000		R\$	R\$
21	2001	2100		R\$	R\$
22	2101	2200		R\$	R\$
23	2201	2300		R\$	R\$
24	2301	2400		R\$	R\$





25	2401	2500		R\$	R\$
26	2501	2600		R\$	R\$
27	2601	2700		R\$	R\$
28	2701	2800		R\$	R\$
29	2801	2900		R\$	R\$
30	2901	3000		R\$	R\$
31	Acima de	3001		R\$	R\$
TOTAL LOTE 1					R\$

LOTE 2					
TIPO DE CARGA: GERAL					
VUC			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM	\$ P/EIXOS	
				2	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100		R\$	R\$
2	101	200		R\$	R\$
3	201	300		R\$	R\$
4	301	400		R\$	R\$
5	401	500		R\$	R\$
6	501	600		R\$	R\$
7	601	700		R\$	R\$
8	701	800		R\$	R\$
9	801	900		R\$	R\$
10	901	1000		R\$	R\$
11	1001	1100		R\$	R\$
12	1101	1200		R\$	R\$
13	1201	1300		R\$	R\$
14	1301	1400		R\$	R\$
15	1401	1500		R\$	R\$
16	1501	1600		R\$	R\$
17	1601	1700		R\$	R\$





18	1701	1800		R\$	R\$
19	1801	1900		R\$	R\$
20	1901	2000		R\$	R\$
21	2001	2100		R\$	R\$
22	2101	2200		R\$	R\$
23	2201	2300		R\$	R\$
24	2301	2400		R\$	R\$
25	2401	2500		R\$	R\$
26	2501	2600		R\$	R\$
27	2601	2700		R\$	R\$
28	2701	2800		R\$	R\$
29	2801	2900		R\$	R\$
30	2901	3000		R\$	R\$
31	Acima de	3001		R\$	R\$
TOTAL LOTE 2					R\$

LOTE 3					
TIPO DE CARGA: GERAL					
CARRO UTILITÁRIO			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM	\$ P/EIXOS	
				2	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100		R\$	R\$
2	101	200		R\$	R\$
3	201	300		R\$	R\$
4	301	400		R\$	R\$
5	401	500		R\$	R\$
6	501	600		R\$	R\$
7	601	700		R\$	R\$
8	701	800		R\$	R\$
9	801	900		R\$	R\$
10	901	1000		R\$	R\$





11	1001	1100		R\$	R\$
12	1101	1200		R\$	R\$
13	1201	1300		R\$	R\$
14	1301	1400		R\$	R\$
15	1401	1500		R\$	R\$
16	1501	1600		R\$	R\$
17	1601	1700		R\$	R\$
18	1701	1800		R\$	R\$
19	1801	1900		R\$	R\$
20	1901	2000		R\$	R\$
21	2001	2100		R\$	R\$
22	2101	2200		R\$	R\$
23	2201	2300		R\$	R\$
24	2301	2400		R\$	R\$
25	2401	2500		R\$	R\$
26	2501	2600		R\$	R\$
27	2601	2700		R\$	R\$
28	2701	2800		R\$	R\$
29	2801	2900		R\$	R\$
30	2901	3000		R\$	R\$
31	Acima de	3001		R\$	R\$
TOTAL LOTE 3					R\$

5.3. COPARTICIPANTE:

5.3.1. Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais – CBDV

LOTE	DESCRIÇÃO
2	VUC (Veículo Urbano de Carga) Veículos de dois eixos com carroceria Fechada Comprimento máximo: 7,20 metros Largura máxima: 2,20 metros Altura máxima: 3,50 metros Capacidade de Carga Máxima: 3.000Kg

- 5.4. As quantidades acima discriminadas são estimadas para o atendimento a cada evento apresentado ao CPB, sob demanda do calendário de eventos, não estando o Comitê Paralímpico Brasileiro obrigado a firmar os instrumentos decorrentes do Registro de Preços.





6. **GERENCIADOR**

6.1. **ENDEREÇO GERENCIADOR:**

6.1.1. **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO - CPB**

Endereço: Rodovia Imigrantes, Km 11,5, CEP 04329-000, Vila Guarani, São Paulo/SP.

6.2. **ENDEREÇO COPARTICIPANTE:**

6.2.1. **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS – CBDV**

Endereço: Rua do Orfanato, 760, sala 72, Vila Prudente/SP - CEP: 03131-010

7. **DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 7.1. Tendo-se em vista, que a execução dos serviços pretende transportar equipamentos, materiais, utensílios esportivos e afins para realizações de eventos fora do Centro de Treinamento Paralímpico em território nacional, ocorrerá conforme a demanda, por não ser previamente estabelecida.
- 7.2. Toda e qualquer tratativa relacionada à execução da Ordem de Serviço expedida para o transporte de bens, deverá ser feita diretamente com o fiscal dos serviços designado pelo GERENCIADOR.
- 7.3. O objeto do presente termo está restrito ao transporte de cargas inanimadas e não perecíveis.
- 7.4. É proibido à DETENTORA, no âmbito deste Termo de Referência, efetuar transporte de bens que se enquadrem nas seguintes categorias:
- a) Armas de fogo;
 - b) Produtos cujo uso não seja legalmente autorizado por lei;
 - c) Produtos perigosos (inflamáveis, explosivos, gases, tóxicos, corrosivos ou radioativos).
- 7.5. A DETENTORA deverá fornecer:
- 7.5.1. Sistema de elevadores, para a necessidade de carregamento e descarregamento de bens/equipamentos de peso alto, no baú do veículo.
 - 7.5.2. (Ajudante) Mão de obra necessária para carga e descarga e caso necessário a montagem e desmontagem, ou vice-versa, de mobiliário.
 - 7.5.3. Materiais necessários à proteção dos móveis e as embalagens para os equipamentos e materiais;
- 7.6. Embalar e lacrar toda a carga a ser transportada, sendo vedada a violação do lacre pela DETENTORA. Todos os lacres deverão conter número de rastreamento, que permita ao CPB acompanhamento do trajeto e entrega da carga.
- 7.7. Disponibilizar, serviço on-line de rastreamento que permita o monitoramento de todos os transportes contratados, disponibilizando senha exclusivamente para o CPB;





- 7.7.1. Todas as informações pertinentes a carga, bem como data e o horário da coleta e retirada, constarão da declaração enviada previamente pelo CPB.
- 7.8. Encaminhar ao CPB a confirmação da entrega do material, contendo no mínimo as informações de data, hora e responsável pelo recebimento e integridade da carga;
- 7.8.1. A DETENTORA deverá manter o CPB informado, sobre qualquer problema com trajeto, percurso e carga, quando da execução dos serviços.
- 7.8.2. Sempre que restar sem sucesso a entrega da encomenda no destino, a DETENTORA arcará com os custos da segunda tentativa.
- 7.8.3. Previamente ao embarque dos bens, a DETENTORA deverá documentar a existência de bens com eventuais avarias como: manchas, arranhões, partes quebradas ou amassadas etc., para comprovação quando da entrega no destino.
- 7.8.4. A DETENTORA deverá conferir os bens a serem transportados com o inventário que lhe foi fornecido pela GERENCIADOR.
- 7.8.5. Todos os bens deverão ser devidamente protegidos com materiais em perfeitas condições de uso, tais como:
- a) Cobertor;
 - b) Flocos de isopor;
 - c) Papel;
 - d) Plástico bolha.
- 7.8.6. Todos os bens deverão ser devidamente acondicionados em embalagens em perfeitas condições de uso, tais como:
- a) Caixa de papelão de média-alta resistência;
 - b) Caixa de madeira/plástico/metal/PVC/acrílico/outros;
 - c) Engradado.
- 7.8.7. Todas as embalagens deverão estar perfeitamente lacradas, a fim de evitar violação ou acesso a seu conteúdo. Os materiais usados para lacre deverão estar em perfeitas condições de uso, tais como:
- a) Barbante;
 - b) Fita adesiva.
- 7.8.8. No momento do embarque, a DETENTORA deverá proceder à identificação nas embalagens dos bens, por meio de etiquetagem ou de escrita manual com a exata correspondência no inventário para facilitar os procedimentos do transporte, da montagem e da localização dos bens pelo proprietário.
- 7.8.9. Ao final do embarque, a DETENTORA deverá:
- a) Registrar em impresso próprio a data e o local do embarque, o nome legível e a assinatura do responsável pela conferência;





- b) Registrar observações quanto a avarias nos bens, se for o caso;
- c) Solicitar a assinatura do representante do GERENCIADOR, no impresso;
- d) Entregar uma via para o servidor do GERENCIADOR ou seu representante.
- e) A DETENTORA deverá estar apta a prestar ou transmitir informações sobre o transporte dos bens até seu local de destino. O GERENCIADOR poderá, a qualquer momento, solicitar essas informações, que deverão ser prestadas de imediato, via e-mails, contatos telefônicos e/ou outros meios de comunicação que o GERENCIADOR julgar ser necessário.

7.8.10. Os prazos de entrega serão definidos de acordo com a distância entre local de origem e de destino prevista na Ordem de Serviço, conforme segue:

- | | |
|-------------------------|---------------|
| a) Até 300KM | no mesmo dia. |
| b) De 301KM a 500KM | até 1 dia. |
| c) De 501KM a 600KM | até 2 dias. |
| d) De 601KM a 800KM | até 3 dias. |
| e) De 801KM a 1.000KM | até 4 dias. |
| f) De 1.001KM a 2.000KM | até 5 dias. |
| g) De 2.001KM a 3.300KM | até 7 dias. |

7.8.11. No desembarque, a DETENTORA deverá:

7.8.11.1. Proceder à entrega dos bens, compreendendo o desembarque da carga, o desempacotamento das embalagens para conferência, a remontagem dos bens e o recolhimento dos resíduos sólidos resultantes do processo.

7.8.11.2. Ao final da entrega, emitir recibo (em três vias), contendo data da entrega e a assinatura do servidor ou responsável pelo recebimento, que servirá como comprovante de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, e fazer a seguinte distribuição:

- a) 1ª via – Gerenciador ou responsável pelo recebimento;
- b) 2ª via – Fiscal da Ata;
- c) 3ª via – Detentora.
- d) A 2ª via deverá ser enviada ao fiscal da Ata (por meio eletrônico ou físico), mediante cópia digitalizada em até 02 (dois) dias úteis após a entrega.

8. DA FORMAÇÃO DE PREÇOS

- 8.1. A DETENTORA será remunerada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, **considerando a distância em quilômetro (KM) do percurso realizado**, referente a distância entre o local de origem e o destino.





- 8.1.1. Para efeito do cálculo da quilometragem entre percursos será utilizado sempre o cálculo de **distância de ida, nunca considerada a distância de volta**, devidamente aprovada pelo GERENCIADOR.
- 8.2. A rota a ser utilizada no transporte contratado será, em regra, a que contiver a menor distância entre a origem e o destino, considerando-se somente as vias e rodovias pavimentadas. Em casos excepcionais, o GERENCIADOR poderá autorizar outra rota, mediante apresentação de justificativa por escrito pela DETENTORA.
- 8.2.1. Para efeito de apuração e enquadramento do serviço, a distância entre percurso autorizado será verificada através da consulta à distância de condução dos sites:
- a) <https://www.google.com.br/maps>
 - b) <https://www.mapeia.com.br>
 - c) www.rotasbrasil.com.br
- 8.3. Nos valores apresentados deverão estar inclusos todos os custos operacionais, mencionados neste termo ou não, além de encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 8.4. Deverá ser incluído no orçamento o valor do Seguro da Bagagem (SB), que corresponderá a 1% (um por cento) sobre o valor total dos bens a serem transportados, em reais (R\$).
- 8.4.1. Em caso da carga a ser transportada não possuir valor declarado, o valor do seguro será calculado em cima do valor do transporte.
- 8.5. O preço do transporte de balsa, quando necessário, será providenciado pela DETENTORA, mediante comprovante, devendo incluir o valor do serviço de transporte no orçamento e cobrar as despesas na Nota Fiscal, permanecendo a DETENTORA responsável pela qualidade da prestação do serviço.
- 8.6. O GERENCIADOR solicitará à DETENTORA a elaboração de um orçamento para cada serviço de transporte a ser prestado, informando necessariamente:
- a) Os endereços dos locais de origem e de destino;
 - b) A planilha do inventário de bens a serem transportados, declarados respectivos preços unitários e quantidades;
 - c) Dados do representante do GERENCIADOR ou do responsável pelo acompanhamento do serviço.
- 8.7. A DETENTORA deverá considerar os seguintes dados para elaboração da proposta orçamentária:
- a) A distância entre o local de origem e o de destino;
 - b) O preço unitário correspondente à faixa de distância entre origem e destino, conforme **Planilha de Valores**, deste Termo de Referência.
- 8.8. O orçamento deverá ser elaborado da seguinte maneira:





$$ST = D \times Vu/Km$$

$$SB = VtB \times 1\%$$

$$\text{Orçamento} = ST + SB$$

Onde:

ST = Serviço de Transporte

D= Distância (Km)

Vu/Km= Valor Unitário por Km

SB = Seguro Bagagem

VtB= Valor Total dos Bens

- 8.9. A DETENTORA terá direito somente ao pagamento em contraprestação às quantidades efetivamente utilizadas, o que será comprovado através das entregas efetuadas e aprovadas pelo CPB.
- 8.10. No caso de a DETENTORA necessitar ficar no local do evento, todos os custos adicionais com estadia do veículo, hospedagem de funcionários e com alimentação correrão por sua conta, não havendo nenhum acréscimo para o CPB.
- 8.11. Os serviços serão efetuados de segunda a sexta feira, em horário comercial, e nos finais de semana, quando necessários, mediante a solicitação do CPB.
- 8.12. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto da Ata de Registro de Preços, salvo mediante prévia solicitação da DETENTORA e sob autorização do GERENCIADOR.

9. **OBSERVAÇÕES**

- 9.1. Para a prestação de serviços de transporte, a DETENTORA deverá dispor de:
- 9.1.1. Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário-Carga (RCTRC).
 - 9.1.2. Seguro de Transporte Nacional.
 - 9.1.3. Dispor de outros seguros obrigatórios, conforme ANTT.
 - 9.1.4. Disponibilizar comprovação de regularidade quanto ao Registro Nacional de Transportador Rodoviário de Cargas, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT; (RNTRC)

10. **DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 10.1. A gestão do contrato decorrente da presente contratação será exercida pela Sra. **Giovana Tauani Ramos Addia**, responsável pelo Setor de Faturamentos do Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB, ou, em sua ausência ou impedimento, pelo colaborador formalmente designado para substituí-la, a quem caberá acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos, coordenar as atividades relacionadas à gestão do contrato, dirimir eventuais dúvidas e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.





- 10.2. A fiscalização do contrato será exercida por representante da área demandante, devidamente designado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB, a quem competirá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e nas especificações técnicas aplicáveis, especialmente quanto à qualidade dos serviços prestados e/ou dos materiais fornecidos.
- 10.3. Compete ao fiscal do contrato registrar as ocorrências verificadas durante a execução contratual, comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades e atestar o recebimento dos serviços e/ou materiais, quando constatada a conformidade com as especificações e condições estabelecidas.
- 10.4. A atuação da fiscalização por parte do Comitê Paralímpico Brasileiro não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes de falhas na execução, imperfeições técnicas ou emprego de materiais inadequados ou de qualidade inferior, não implicando tal fiscalização em corresponsabilidade do CPB.
- 10.5. O fiscal do contrato poderá solicitar o afastamento de qualquer empregado ou integrante da equipe da contratada que venha a demonstrar conduta inadequada, incapacidade técnica ou comportamento incompatível com a adequada execução dos serviços ou com as normas de convivência institucional.
- 10.6. O Comitê Paralímpico Brasileiro reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados ou materiais fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato ou nas especificações técnicas aplicáveis, devendo a empresa contratada proceder à correção, substituição ou refazimento das partes consideradas irregulares, sem quaisquer ônus adicionais ao CPB.

11. **OBSERVAÇÕES**

- 11.1. Manter regularidade da documentação dos veículos que executarão os serviços;
- 11.2. Embalar e lacrar toda a carga a ser transportada, sendo vedada a violação do lacre pela DETENTORA. Todos os lacres deverão conter número de rastreamento, que permita ao CPB acompanhamento do trajeto e entrega da carga.
- 11.3. Disponibilizar, serviço online de rastreamento para monitoramento de toda a carga e encomenda, disponibilizando senha exclusivamente para o CPB;
- 11.4. Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documento necessários), para execução do transporte sem qualquer ônus ao CPB
- 11.5. Tendo em vista a necessidade do envio de vários materiais de setores distintos é muito importante o tipo de embalagem a serem usados nos transportes. Sendo assim, alguns dos materiais previstos são: esportivo, escritório, médicos, expedientes etc.

11.5.1. Para tanto faz necessários o uso de algumas embalagens:

- a) **Materiais Médicos:** Caixa de madeira ou papelão envolvendo todo o equipamento;





- b) **Materiais Esportivos:** Plástico bolha, Filme Stretch, Cobertores, caixa papelão padrão e sacas;
- c) **Materiais de Escritório:** Plástico bolha, Filme Stretch, Cobertores, caixa papelão padrão e sacas;
- d) **Materiais de Expedientes:** Plástico bolha, Filme Stretch, Cobertores, caixa papelão padrão e sacas

- 11.5.2. Além de disponibilizar fita, plástico bolha, caixa, embalagens, pacotes, lacres, adesivo de identificação (frágil, cuidado etc.), quando necessários e indispensáveis ao transporte seguro da carga;
- 11.6. Em casos que restar sem sucesso a entrega da encomenda no destino, deverá informar a Gerenciadora imediatamente, que analisará o fato ocorrido e sendo identificado falha na logística, arcará com os custos pela nova entrega, quando for o caso.
- 11.7. Informar de imediato, solicitando autorização do CPB, a necessidade de realização de transferência do material coletado para outro veículo;
- 11.8. Efetuar a entrega dos bens transportados no local de destino, em perfeito estado, mediante recibo datado e assinado por pessoa autorizada a receber e violar o lacre da carga transportada;
- 11.9. A apólice de seguro deverá ser enviada no ato da contratação.
 - 11.9.1. Sempre que solicitado pelo CPB ou quando realizado a efetivação do transporte a DETENTORA deverá enviar os documentos referente ao pagamento mensal do prêmio do seguro, junto a apólice.

Robson Neves da Silva

Departamento de Aquisição e Contratações
Comitê Paralímpico Brasileiro

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA**PROCESSO Nº 0814/2026****CÓDIGO DO ÓRGÃO 1099863****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026**

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.

AO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

A empresa, estabelecida à inscrita no CNPJ sob nº, telefone nº e endereço de e-mail, através de seu representante legal abaixo assinado, propõe assinar Termo de Contratos junto ao Comitê Paralímpico Brasileiro, em estrito cumprimento ao previsto no edital de Pregão Eletrônico nº 070/2026 e seus anexos, praticando os valores abaixo discriminados:

LOTE 1					
CAMINHÃO CARROCERIA FECHADA			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM (REFERENCIAL)	\$ P/EIXOS	
				3	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100	R\$ 13,38	R\$ 40,15	R\$ 4.015,25
2	101	200	R\$ 4,49	R\$ 13,47	R\$ 2.694,00
3	201	300	R\$ 4,19	R\$ 12,57	R\$ 3.771,00
4	301	400	R\$ 3,54	R\$ 10,62	R\$ 4.248,00
5	401	500	R\$ 4,23	R\$ 12,70	R\$ 6.350,00
6	501	600	R\$ 3,57	R\$ 10,71	R\$ 6.426,00
7	601	700	R\$ 3,42	R\$ 10,26	R\$ 7.182,00
8	701	800	R\$ 3,40	R\$ 10,20	R\$ 8.160,00
9	801	900	R\$ 3,55	R\$ 10,65	R\$ 9.585,00
10	901	1000	R\$ 3,59	R\$ 10,77	R\$ 10.770,00
11	1001	1100	R\$ 3,48	R\$ 10,44	R\$ 11.484,00
12	1101	1200	R\$ 3,38	R\$ 10,14	R\$ 12.168,00
13	1201	1300	R\$ 3,50	R\$ 10,50	R\$ 13.650,00
14	1301	1400	R\$ 3,34	R\$ 10,02	R\$ 14.028,00
15	1401	1500	R\$ 3,72	R\$ 11,16	R\$ 16.740,00
16	1501	1600	R\$ 3,31	R\$ 9,93	R\$ 15.888,00
17	1601	1700	R\$ 3,28	R\$ 9,84	R\$ 16.728,00





18	1701	1800	R\$ 3,31	R\$ 9,93	R\$ 17.874,00
19	1801	1900	R\$ 3,27	R\$ 9,81	R\$ 18.639,00
20	1901	2000	R\$ 3,26	R\$ 9,78	R\$ 19.560,00
21	2001	2100	R\$ 3,10	R\$ 9,30	R\$ 19.530,00
22	2101	2200	R\$ 3,10	R\$ 9,30	R\$ 20.460,00
23	2201	2300	R\$ 3,11	R\$ 9,33	R\$ 21.459,00
24	2301	2400	R\$ 3,10	R\$ 9,30	R\$ 22.320,00
25	2401	2500	R\$ 3,10	R\$ 9,30	R\$ 23.250,00
26	2501	2600	R\$ 3,10	R\$ 9,30	R\$ 24.180,00
27	2601	2700	R\$ 3,10	R\$ 9,30	R\$ 25.110,00
28	2701	2800	R\$ 3,12	R\$ 9,36	R\$ 26.208,00
29	2801	2900	R\$ 3,14	R\$ 9,42	R\$ 27.318,00
30	2901	3000	R\$ 2,59	R\$ 7,77	R\$ 23.310,00
31	Acima de	3001	R\$ 2,90	R\$ 8,70	R\$ 26.108,70
TOTAL LOTE 1					R\$ 479.213,95

LOTE 2					
VUC			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM (REFERENCIAL)	\$ P/EIXOS	
				R\$ 2,00	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100	R\$ 6,30	R\$ 12,60	R\$ 1.260,00
2	101	200	R\$ 5,10	R\$ 10,19	R\$ 2.038,00
3	201	300	R\$ 4,87	R\$ 9,74	R\$ 2.922,00
4	301	400	R\$ 4,78	R\$ 9,56	R\$ 3.824,00
5	401	500	R\$ 4,85	R\$ 9,69	R\$ 4.845,00
6	501	600	R\$ 4,78	R\$ 9,56	R\$ 5.736,00
7	601	700	R\$ 4,55	R\$ 9,10	R\$ 6.370,00
8	701	800	R\$ 4,52	R\$ 9,04	R\$ 7.232,00
9	801	900	R\$ 4,72	R\$ 9,44	R\$ 8.496,00
10	901	1000	R\$ 4,78	R\$ 9,56	R\$ 9.560,00
11	1001	1100	R\$ 4,62	R\$ 9,24	R\$ 10.164,00
12	1101	1200	R\$ 4,50	R\$ 9,00	R\$ 10.800,00
13	1201	1300	R\$ 4,66	R\$ 9,32	R\$ 12.116,00
14	1301	1400	R\$ 4,47	R\$ 8,94	R\$ 12.516,00
15	1401	1500	R\$ 4,81	R\$ 9,61	R\$ 14.415,00
16	1501	1600	R\$ 4,41	R\$ 8,82	R\$ 14.112,00
17	1601	1700	R\$ 4,38	R\$ 8,76	R\$ 14.892,00
18	1701	1800	R\$ 4,39	R\$ 8,78	R\$ 15.804,00
19	1801	1900	R\$ 4,35	R\$ 8,70	R\$ 16.530,00
20	1901	2000	R\$ 4,37	R\$ 8,74	R\$ 17.480,00





21	2001	2100	R\$ 4,13	R\$ 8,26	R\$ 17.346,00
22	2101	2200	R\$ 4,14	R\$ 8,28	R\$ 18.216,00
23	2201	2300	R\$ 4,14	R\$ 8,28	R\$ 19.044,00
24	2301	2400	R\$ 4,13	R\$ 8,26	R\$ 19.824,00
25	2401	2500	R\$ 4,13	R\$ 8,26	R\$ 20.650,00
26	2501	2600	R\$ 4,13	R\$ 8,26	R\$ 21.476,00
27	2601	2700	R\$ 4,14	R\$ 8,28	R\$ 22.356,00
28	2701	2800	R\$ 4,16	R\$ 8,32	R\$ 23.296,00
29	2801	2900	R\$ 4,17	R\$ 8,34	R\$ 24.186,00
30	2901	3000	R\$ 3,80	R\$ 7,60	R\$ 22.800,00
31	Acima de	3001	R\$ 3,83	R\$ 7,66	R\$ 22.987,66
TOTAL LOTE 2					R\$ 423.293,66

LOTE 3					
CARRO UTILITÁRIO			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM (REFERENCIAL)	\$ P/EIXOS	
				R\$ 2,00	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100	R\$ 5,93	R\$ 11,86	R\$ 1.186,00
2	101	200	R\$ 4,86	R\$ 9,71	R\$ 1.942,00
3	201	300	R\$ 4,49	R\$ 8,97	R\$ 2.691,00
4	301	400	R\$ 4,40	R\$ 8,80	R\$ 3.520,00
5	401	500	R\$ 4,30	R\$ 8,60	R\$ 4.300,00
6	501	600	R\$ 4,20	R\$ 8,40	R\$ 5.040,00
7	601	700	R\$ 4,10	R\$ 8,20	R\$ 5.740,00
8	701	800	R\$ 4,09	R\$ 8,18	R\$ 6.544,00
9	801	900	R\$ 4,25	R\$ 8,50	R\$ 7.650,00
10	901	1000	R\$ 4,20	R\$ 8,40	R\$ 8.400,00
11	1001	1100	R\$ 4,15	R\$ 8,30	R\$ 9.130,00
12	1101	1200	R\$ 4,16	R\$ 8,32	R\$ 9.984,00
13	1201	1300	R\$ 4,18	R\$ 8,36	R\$ 10.868,00
14	1301	1400	R\$ 4,16	R\$ 8,32	R\$ 11.648,00
15	1401	1500	R\$ 4,19	R\$ 8,38	R\$ 12.570,00
16	1501	1600	R\$ 4,12	R\$ 8,24	R\$ 13.184,00
17	1601	1700	R\$ 4,11	R\$ 8,22	R\$ 13.974,00
18	1701	1800	R\$ 4,10	R\$ 8,20	R\$ 14.760,00
19	1801	1900	R\$ 4,10	R\$ 8,20	R\$ 15.580,00
20	1901	2000	R\$ 3,90	R\$ 7,80	R\$ 15.600,00
21	2001	2100	R\$ 3,92	R\$ 7,84	R\$ 16.464,00
22	2101	2200	R\$ 3,88	R\$ 7,76	R\$ 17.072,00
23	2201	2300	R\$ 3,87	R\$ 7,74	R\$ 17.802,00





24	2301	2400	R\$ 3,85	R\$ 7,70	R\$ 18.480,00
25	2401	2500	R\$ 3,85	R\$ 7,70	R\$ 19.250,00
26	2501	2600	R\$ 3,85	R\$ 7,70	R\$ 20.020,00
27	2601	2700	R\$ 3,85	R\$ 7,70	R\$ 20.790,00
28	2701	2800	R\$ 3,85	R\$ 7,70	R\$ 21.560,00
29	2801	2900	R\$ 3,85	R\$ 7,70	R\$ 22.330,00
30	2901	3000	R\$ 3,60	R\$ 7,20	R\$ 21.600,00
31	Acima de	3001	R\$ 3,65	R\$ 7,30	R\$ 21.907,30
TOTAL LOTE 3					R\$ 391.586,30

As estimativas acima constituem mera previsão dimensionada, não estando o CPB obrigado a realizá-las em sua totalidade. Nesse sentido, fica ciente a proponente que não caberá a ela o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização.

Fica ciente, ainda, que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital que orientará a futura Contratação, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, que integrarão o ajuste correspondente.

Fica ciente, outrossim, que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, de modo que nenhuma outra remuneração será devida, afastando qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com o objeto da licitação.

Forma de execução do fornecimento: conforme edital.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Condições de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados na forma estabelecida no edital.

Condições de entrega/prestação de serviço: Conforme previsão do cronograma estabelecidos no edital.

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa



ANEXO II-A
MODELO DE PROPOSTA

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS - CBDV

PROCESSO Nº 0814/2026

CÓDIGO DO ÓRGÃO 1099863

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.

AO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

A empresa, estabelecida à inscrita no CNPJ sob nº, telefone nº e endereço de e-mail, através de seu representante legal abaixo assinado, propõe assinar Termo de Contratos junto ao Comitê Paralímpico Brasileiro, em estrito cumprimento ao previsto no edital de Pregão Eletrônico nº 070/2026 e seus anexos, praticando os valores abaixo discriminados:

LOTE 2					
TIPO DE CARGA: GERAL					
VUC			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM	\$ P/EIXOS 2	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100		R\$	R\$
2	101	200		R\$	R\$
3	201	300		R\$	R\$
4	301	400		R\$	R\$
5	401	500		R\$	R\$
6	501	600		R\$	R\$
7	601	700		R\$	R\$
8	701	800		R\$	R\$
9	801	900		R\$	R\$





10	901	1000		R\$	R\$
11	1001	1100		R\$	R\$
12	1101	1200		R\$	R\$
13	1201	1300		R\$	R\$
14	1301	1400		R\$	R\$
15	1401	1500		R\$	R\$
16	1501	1600		R\$	R\$
17	1601	1700		R\$	R\$
18	1701	1800		R\$	R\$
19	1801	1900		R\$	R\$
20	1901	2000		R\$	R\$
21	2001	2100		R\$	R\$
22	2101	2200		R\$	R\$
23	2201	2300		R\$	R\$
24	2301	2400		R\$	R\$
25	2401	2500		R\$	R\$
26	2501	2600		R\$	R\$
27	2601	2700		R\$	R\$
28	2701	2800		R\$	R\$
29	2801	2900		R\$	R\$
30	2901	3000		R\$	R\$
31	Acima de	3001		R\$	R\$
TOTAL LOTE 2					R\$

As estimativas acima constituem mera previsão dimensionada, não estando o CPB obrigado a realizá-las em sua totalidade. Nesse sentido, fica ciente a proponente que não caberá a ela o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização.

Fica ciente, ainda, que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital que orientará a futura Contratação, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, que integrarão o ajuste correspondente.

Fica ciente, outrossim, que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, de modo que nenhuma outra remuneração será devida, afastando qualquer hipótese de responsabilidade solidária





pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com o objeto da licitação.

Forma de execução do fornecimento: conforme edital.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Condições de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados na forma estabelecida no edital.

Condições de entrega/prestação de serviço: Conforme previsão do cronograma estabelecidos no edital.

Responsável (nome/cargo/assinatura)
Nome da Empresa





ANEXO III

Nada deve à Fazenda Municipal

PROCESSO Nº 0814/2026

CÓDIGO DO ÓRGÃO 1099863

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.

AO

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão em referência realizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, declaro sob as penas da lei, que a empresa **NÃO** é cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo e nada deve à Fazenda do Município de São Paulo. Estou ciente de que, se for o caso, o ISS incidente sobre a operação deverá ser retido.

Local e data

Responsável

(nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa

(Nº do CNPJ da Empresa)

Telefone para contato





ANEXO IV

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º, NÃO HÁ IMPEDIMENTOS EM LICITAR;
ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP E RESERVA DE CARGOS**

PROCESSO Nº 0814/2026

CÓDIGO DO ÓRGÃO 1099863

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.

A (razão social da proponente), inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº **DECLARA**, sob as penas da Lei:

- 1.1.1. Para fins do disposto no inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que nos encontramos em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não mantendo em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 1.1.2. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no presente processo licitatório, assim como que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 1.1.3. Enquadramento da licitante na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal. (excluir caso não se aplique)
- 1.1.4. Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa

Telefone para contato

(Nº do CNPJ da Empresa)





ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

PROCESSO Nº 0814/2026

CÓDIGO DO ÓRGÃO 1099863

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), CNPJ nº _____ interessado em participar do Pregão Eletrônico em epígrafe, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o conteúdo da proposta apresentada não foi e nem será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto e;
- d) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira e ao CPB, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:





I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com o CPB, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com o CPB;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou funcionários, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Local e data

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa

Telefone para contato

(Nº do CNPJ da Empresa)





ANEXO VI CADASTRO DE FORNECEDOR

PROCESSO Nº 0814/2026**CÓDIGO DO ÓRGÃO 1099863****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026**

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.

DADOS DO FORNECEDOR	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	
UF:	
CEP:	
CONTATOS	
Resp. Ass. Contrato:	
CPF:	
RG:	
E-mail:	
Telefone:	
Operacional:	
E-mail:	
Telefone:	
Administrativo:	
E-mail:	
Telefone:	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
Dados Bancários para Depósito	
Banco:	
Agência:	
Conta Corrente:	





ANEXO VII

QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE

PROCESSO Nº 0814/2026**CÓDIGO DO ÓRGÃO 1099863****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026**

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Por favor, responda as perguntas abaixo de acordo com o melhor do seu conhecimento. Caso seja necessário, informações adicionais podem ser incluídas ao final deste formulário.

DADOS SOBRE A SUA EMPRESA OU GRUPO ECONÔMICO ("EMPRESA"):

listar e anexar documentos comprobatórios do regular registro do Parceiro.

DADOS DO FORNECEDOR	
Razão Social:	
OUTROS NOMES/NOME FANTASIA:	
CNPJ/MF:	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	
ENDEREÇO:	
Cidade:	
UF:	
CEP:	
CONTATOS	
TELEFONE:	
SITE/REDE SOCIAL INSTITUCIONAL:	
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:	
FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DA EMPRESA:	

IDENTIFICAR E INFORMAR OS NOMES E ENDEREÇOS DE CONTROLADORA, QUALQUER SUBSIDIÁRIA E/OU COLIGADA, QUALQUER OUTRA EMPRESA OU ENTIDADE NA QUAL DETENHA O CONTROLE ACIONÁRIO E A RESPECTIVA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA:





INDICAR QUAIS PESSOAS INTEGRAM OU INTEGRARAM, NOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS, A DIRETORIA E O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA:

ACIONISTAS/SÓCIOS (NOME, CPF, NACIONALIDADE E % DE PARTICIPAÇÃO):

a. Objeto social e atividades permitidas pela pessoa jurídica (indicar CNAE na medida do possível):

b. A Empresa é listada na bolsa de valores?

c. Indicar três referências comerciais:

d. Como você ou a Empresa iniciou contato com o Comitê Paralímpico Brasileiro ("CPB") ? Fornecer nome e cargo de quem fez a recomendação ou solicitou nosso contato. Se o responsável por lhe apresentar o CPB for algum externo ou terceirizado, favor fornecer o nome da pessoa, CPF/CNPJ e empresa respectiva.

e. Favor indicar o objeto específico desta contratação e a experiência e qualificação da Empresa para prestar tais serviços.





- f. **Favor indicar o nome, cargo e CPF de todos os funcionários que estarão diretamente responsáveis pela prestação de serviços para o CPB.**

II. INTEGRIDADE

- a) **A Empresa, por meio de seus sócios, diretores ou administradores é, já foi ou possui algum familiar que seja colaborador do CPB?** Caso positivo, favor especificar a situação, incluindo o cargo ocupado, período e grau de parentesco.

SIM () | NÃO ()

- b) **A Empresa, por meio de seus sócios, diretores ou administradores, é ou foi, direta ou indiretamente, controlada por agente público?** Caso positivo, indicar o nome do profissional, o período, cargo ocupado e o órgão em que trabalhou ou trabalha.

SIM () | NÃO ()

- c) **A Empresa, por meio de seus sócios, diretores ou administradores, possui algum familiar ou pessoa próxima que seja agente público?**

Caso afirmativo, indicar o cargo ocupado, período, grau de parentesco e o órgão no qual esta pessoa trabalha.

SIM () | NÃO ()

- d) **Algum governo ou agência, tanto federal, estadual ou municipal, detém 25% (vinte e cinco por cento) ou mais das ações da Empresa ou, ainda, exerce qualquer espécie de controle ou influência em relação**

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO
Rod. dos Imigrantes, km 11,5 - Vila Guarani, São Paulo - SP, 04329-100





Esta? Caso positivo, favor especificar a situação.

SIM () | NÃO ()

- e) **A Empresa contrata qualquer espécie de serviço (consultoria ou contabilidade, por exemplo) prestado por Pessoa Politicamente Exposta ou por indivíduo que mantém relacionamento com agentes públicos?** Caso positivo, favor especificar a situação, incluindo o cargo ocupado, período, grau de parentesco e/ou relacionamento.

SIM () | NÃO ()

- f) **A Empresa (ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico, ainda que extinta, incorporada ou fundida), por meio de seus sócios, diretores ou administradores, prestadores de serviço, agentes ou outras partes relacionadas foi, nos últimos 10 (dez) anos, parte de alguma fiscalização, investigação, processo judicial e/ou administrativo, punição ou avaliação, por parte da Empresa e/ou de qualquer autoridade competente, por envolvimento em práticas de corrupção,** incluindo, mas não se limitando a propina, lavagem de dinheiro, conflito de interesses, improbidade administrativa, fraude fiscal, antitruste e/ou pelo não cumprimento de práticas relacionadas ao programa de integridade? Caso positivo, favor especificar.

SIM () | NÃO ()

- g) **Há alegações na imprensa de grande circulação ou na imprensa local onde está situada a sede da Empresa, de que algum membro da alta administração ou com cargo de direção, gerência ou supervisão (tal como acionista, sócio, membro do conselho de administração, CEO, diretor, superintendente, gerente, etc.) tenha cometido atos de corrupção e suborno ou lavagem de dinheiro, seja no Brasil ou no exterior?** Caso positivo, favor especificar.



- h) **A Empresa (ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico, ainda que extinta, incorporada ou fundida) está ou foi impedida de participar de licitação ou celebrar contratos administrativos ou foi declarada inidônea por qualquer ente federativo ou Poder da Federação? A Empresa consta do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS ou do Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, ou possui algum acordo de leniência vigente?** Caso positivo, favor especificar.

SIM () | NÃO ()

- i) **A Empresa realiza negócios com o governo e/ou participa de licitações?** Se sim, qual o percentual da receita da Empresa é originado por negócios com o governo?

SIM () | NÃO ()

- j) **A Empresa realiza doações e patrocínios?** Se sim, explicar os procedimentos para concessão de doações e patrocínios, incluindo o fluxo de aprovação e as diligências realizadas.

SIM () | NÃO ()

- k) **A Empresa manterá interações com agentes públicos ou Pessoas Politicamente Expostas em nome do CPB em virtude da prestação de serviços?** Caso positivo, favor especificar.

SIM () | NÃO ()

- l) **A Empresa, por meio de seus sócios, diretores ou administradores, possui alguma outra atividade ou algum outro relacionamento que possa potencialmente caracterizar um conflito de interesses que**



não foi abrangido pelas perguntas acima? Caso positivo, favor especificar.

SIM () | NÃO ()

III. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA:

- a) A empresa possui Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa? Em caso positivo, indicar o diretor responsável pelo Programa.

SIM () | NÃO ()

- b) A empresa possui procedimento para conhecer seus parceiros, funcionários e clientes (*Know Your Customer, Know Your Employee, Know Your Supplier/Partner*)?

SIM () | NÃO ()

- c) A empresa tem programa de prática de conscientização (treinamento e comunicação) em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP), incluindo terceiros - parceiros e fornecedores?

SIM () | NÃO ()

IV. ADMINISTRADORES E SÓCIOS DA EMPRESA:

- a) Caso aplicável, liste todas as pessoas físicas ou jurídicas, membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários da Empresa que detenham participação acionária significativa na Empresa, 5% (cinco





por cento) ou mais ("Proprietários"), incluindo cargo e CPF/CNPJ.

- b) **Caso aplicável, liste todos os Proprietários da Empresa que detenham participação acionária significativa, 5% (cinco por cento) ou mais, e/ou que possuam cargos em outra empresa. Indique, ainda, o nome das respectivas empresas.**

- c) **Caso aplicável, liste todos os Proprietários que são, foram ou possuam relacionamento com agente público e/ou Pessoas Politicamente Expostas.**

V. SUBCONTRATAÇÃO E REMUNERAÇÃO:

- a) **Qual a forma de pagamento a ser utilizada no âmbito da contratação? Haverá alguma condição especial, como taxa de sucesso, valor adiantado ou reembolso de despesas?** Caso positivo, favor especificar.

- b) **A Empresa fará qualquer tipo de pagamento em nome do CPB?** Casopositivo, favor especificar.

- c) **A prestação de serviços será realizada apenas pela Empresa ou haverá subcontratação e/ou participação de representantes externos?** Caso positivo, favor especificar e indicar o nome dos respectivos representantes externos e empresas, bem como CNPJ ou CPF, endereço e as atividades a serem realizadas por estes.





- d) **Haverá interação dos subcontratados e/ou representantes externos com agentes públicos e entidades governamentais, incluindo empresas estatais?** Caso positivo, favor especificar.

- e) **A Empresa exige que seus subcontratados e representantes externos sigam o disposto em seu Código de Ética, bem como cumpram a legislação vigente, especialmente no que tange às leis anticorrupção?** Favor detalhar.

VI. **RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO:**

Declaro e atesto para os devidos fins que as informações fornecidas anteriormente, bem como os documentos disponibilizados são verdadeiros e não ocultaram quaisquer dados. Se, em algum momento, as informações ou documentos apresentados neste questionário não representarem mais a realidade, concordo em comunicar imediatamente Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB - e fornecer um relatório complementar detalhando referida mudança.

NOME CPF:

CARGO OU FUNÇÃO:

Data:

Assinatura do Responsável: _____





ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XX/CPB/2026

PROCESSO Nº 0814/2026

CÓDIGO DO ÓRGÃO 1099863

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em Âmbito Nacional, para atender as demandas do Comitê Paralímpico Brasileiro.

As partes:

GERENCIADOR: COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 00.700.114/0001-44, com sede na Rodovia dos imigrantes, km 11,5 – CEP: 04329-000 – Vila Guarani – São Paulo/SP, representado por seu Presidente, o Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da carteira de identidade RG nº XXXXXXXXXXXX SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX.

DETENTORA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na Rua (.....), nº (....), Bairro (.....), Cidade (.....) – Estado (....), CEP: (.....), neste ato representada por seu procurador (a) legal (.....), portador do Registro Geral sob nº (.....) e CPF/MF nº (.....), nos termos da autorização contida no **processo 0814/2026** e da homologação registrada no sistema LICITAÇÕES-E, têm entre si, justo e acordado a presente Ata de Registro de Preço, que se regerá pelas disposições do Regulamento de Aquisições e Contratos – RAC, aprovado pela Resolução CPB Nº 01, de 03 de abril de 2023 - alterado por Deliberação da DIREX em 30 de setembro de 2025, das normas gerais da Lei Federal 14.133/2021 e demais legislação aplicável, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente tem por objeto a **Constituição de Sistema de Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Cargas/Encomendas e Organização da Logística, na Modalidade Porta a Porta, em âmbito nacional, para atender as necessidades do Comitê Paralímpico Brasileiro**, com base no processamento da licitação regida pelo Edital de Pregão Eletrônico nº **070/2026**.
- 1.2. Os serviços serão prestados conforme as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.
- 1.3. Vincula-se à presente Ata de Registro de Preço o edital de Pregão Eletrônico do qual derivou esse ajuste e seus anexos, bem como os documentos enviados na sessão pública.



**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. Os valores registrados são os que seguem no quadro abaixo:

LOTE 1					
TIPO DE CARGA: GERAL					
CAMINHÃO CARROCERIA FECHADA			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM	\$ P/EIXOS	
				3	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100		R\$	R\$
2	101	200		R\$	R\$
3	201	300		R\$	R\$
4	301	400		R\$	R\$
5	401	500		R\$	R\$
6	501	600		R\$	R\$
7	601	700		R\$	R\$
8	701	800		R\$	R\$
9	801	900		R\$	R\$
10	901	1000		R\$	R\$
11	1001	1100		R\$	R\$
12	1101	1200		R\$	R\$
13	1201	1300		R\$	R\$
14	1301	1400		R\$	R\$
15	1401	1500		R\$	R\$
16	1501	1600		R\$	R\$
17	1601	1700		R\$	R\$
18	1701	1800		R\$	R\$
19	1801	1900		R\$	R\$
20	1901	2000		R\$	R\$
21	2001	2100		R\$	R\$
22	2101	2200		R\$	R\$





23	2201	2300		R\$	R\$
24	2301	2400		R\$	R\$
25	2401	2500		R\$	R\$
26	2501	2600		R\$	R\$
27	2601	2700		R\$	R\$
28	2701	2800		R\$	R\$
29	2801	2900		R\$	R\$
30	2901	3000		R\$	R\$
31	Acima de	3001		R\$	R\$
TOTAL LOTE 1					R\$ -

LOTE 2					
TIPO DE CARGA:		GERAL			
VUC			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM	\$ P/EIXOS	
				2	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100		R\$	R\$
2	101	200		R\$	R\$
3	201	300		R\$	R\$
4	301	400		R\$	R\$
5	401	500		R\$	R\$
6	501	600		R\$	R\$
7	601	700		R\$	R\$
8	701	800		R\$	R\$
9	801	900		R\$	R\$
10	901	1000		R\$	R\$
11	1001	1100		R\$	R\$
12	1101	1200		R\$	R\$
13	1201	1300		R\$	R\$
14	1301	1400		R\$	R\$





15	1401	1500		R\$	R\$
16	1501	1600		R\$	R\$
17	1601	1700		R\$	R\$
18	1701	1800		R\$	R\$
19	1801	1900		R\$	R\$
20	1901	2000		R\$	R\$
21	2001	2100		R\$	R\$
22	2101	2200		R\$	R\$
23	2201	2300		R\$	R\$
24	2301	2400		R\$	R\$
25	2401	2500		R\$	R\$
26	2501	2600		R\$	R\$
27	2601	2700		R\$	R\$
28	2701	2800		R\$	R\$
29	2801	2900		R\$	R\$
30	2901	3000		R\$	R\$
31	Acima de	3001		R\$	R\$
TOTAL LOTE 2					R\$

LOTE 3					
TIPO DE CARGA:		GERAL			
CARRO UTILITÁRIO			CUSTO POR KM/EIXO		TOTAL
TRECHO (Km)			\$ UNITÁRIO P/ KM	\$ P/EIXOS	
Item	De	Até (a)	(b)	(c) = (b) x qtd eixos	(d) = (a) x (c)
1	0	100		R\$	R\$
2	101	200		R\$	R\$
3	201	300		R\$	R\$
4	301	400		R\$	R\$
5	401	500		R\$	R\$





6	501	600		R\$	R\$
7	601	700		R\$	R\$
8	701	800		R\$	R\$
9	801	900		R\$	R\$
10	901	1000		R\$	R\$
11	1001	1100		R\$	R\$
12	1101	1200		R\$	R\$
13	1201	1300		R\$	R\$
14	1301	1400		R\$	R\$
15	1401	1500		R\$	R\$
16	1501	1600		R\$	R\$
17	1601	1700		R\$	R\$
18	1701	1800		R\$	R\$
19	1801	1900		R\$	R\$
20	1901	2000		R\$	R\$
21	2001	2100		R\$	R\$
22	2101	2200		R\$	R\$
23	2201	2300		R\$	R\$
24	2301	2400		R\$	R\$
25	2401	2500		R\$	R\$
26	2501	2600		R\$	R\$
27	2601	2700		R\$	R\$
28	2701	2800		R\$	R\$
29	2801	2900		R\$	R\$
30	2901	3000		R\$	R\$

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO

Rod. dos Imigrantes, km 11,5 - Vila Guarani, São Paulo - SP, 04329-100



@braparalímpico



comitê paralímpico brasileiro



@brasilparalímpico



31	Acima de	3001		R\$	R\$
TOTAL LOTE 3					R\$

- 2.2. Este preço inclui todos os custos, impostos, taxas, benefícios e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito cumprimento do objeto das obrigações da presente ata, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 2.3. O preço poderá ser reajustado de acordo com a variação do IPCA, após 12 meses da assinatura e execução da Ata de Registro de Preço.
- 2.4. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições em face da superveniência de normas federais disciplinando a matéria.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura da Ata, podendo ser prorrogado por igual período, inclusive com a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. O ato de prorrogação da vigência da Ata deverá indicar, expressamente, o quantitativo renovado, com vistas à obtenção de preços e condições vantajosas para o GERENCIADOR, desde que haja anuência das partes.
- 3.2. A detentora da Ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 90 (noventa) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo ao **GERENCIADOR**, a seu exclusivo critério, de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.
- 3.3. Ao **GERENCIADOR**, no interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **DETENTORA**, conforme o caso, prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 90 (noventa) dias, a fim de se evitar brusca interrupção nos serviços, mediante ajuste, observando, porém, o prazo limite de vigência.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO / EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 4.1. Os serviços serão prestados conforme Anexo I, Termo de Referência, do Edital de Pregão Eletrônico do qual derivou o presente ajuste.
- 4.2. O compromisso de execução só estará caracterizado após o recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, devidamente assinado.





- 4.3. A(s) Ordem(ns) de Serviço(s) ou Ordem(ns) de Compras(s) deverão obrigatoriamente conter: data, endereço, número do processo, número do comunicado interno, quantidades, descrição ou itens dos serviços requeridos, número da Ata de Registro de Preços, identificação e assinatura do colaborador requisitante.
- 4.4. A **DETENTORA** fica obrigada a atender todos as solicitações de serviço efetuadas durante a vigência da Ata.
- 4.5. A prestação do serviço deverá ser atestada e fiscalizada pelo(s) Fiscal(is) designado pelo **GERENCIADOR**, definido nas Ordens de Serviço.
- 4.6. Na hipótese de a **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços negar-se a assinar ou a receber a Ordem de Serviço, serão aplicadas as penalidades previstas nesta Ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por outras entidades na condição de não participante, respeitadas os requisitos previstos no artigo 31 do decreto 11.462/23, mediante anuência do órgão **GERENCIADOR**.
 - 5.1.1. As entidades interessadas do registro de preços, quando desejarem, mediante justificativa, deverão consultar formalmente o órgão **GERENCIADOR** da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
 - 5.1.2. Serão observadas as regras de limites e vedações previstas no artigo seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços.
- 5.2. As empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigadas a celebrar as contratações que dela poderão advir.
 - 5.2.1. Formalizada a anuência do órgão **GERENCIADOR**, as Entidades formalizarão com a **DETENTORA** suas contratações, por qualquer instrumento legalmente permitido.
 - 5.2.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
 - 5.2.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.





- 5.2.4. Compete aos órgãos ou entidades aderentes os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- 5.3. Quando da necessidade de contratação, o **GERENCIADOR** poderá obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga o CPB a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações e regulamento de aquisições e contratos do CPB, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
6. **CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS**
- 6.1. O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre a fornecimento, e constituirá a única e completa remuneração.
- 6.2. O CPB poderá, a qualquer tempo, readequar os preços registrados, reduzindo-os em conformidade com pesquisa de mercado, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução destes.
- 6.3. Durante a vigência da Ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação do CPB, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar o novo preço que substituirá o então registrado.
- 6.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada ao CPB, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.
- 6.4. Os preços registrados poderão ser ainda alterados ou atualizados em decorrência de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E ATESTO**





- 7.1. Sendo identificada qualquer incompatibilidade dos serviços prestados com as solicitações registradas, a área demandante poderá recusar parcial ou totalmente os serviços, devendo informar ao Departamento de Aquisições e Contratos.

7.1.1. O aceite da prestação de serviços não exclui a responsabilidade da **DETENTORA** por vícios ou por desacordo com os serviços esperados, mesmo que constatados em momento posterior à execução.

7.1.2. No caso de a prestação de serviço ocorrer em desacordo com o solicitado, a **DETENTORA** estará sujeita às penalidades descritas nesta Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar do atesto da nota fiscal pelo fiscal e/ou responsável do CPB, acompanhada obrigatoriamente dos documentos de: regularidade fiscal e trabalhista, conforme Regulamento de Aquisições e Contratos - CPB, devendo a retenção ser efetuada, conforme responsabilidade prevista na lei, na fonte dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com a legislação vigente.

- 8.2. A discriminação dos serviços, valores e quantitativos deverão ser reproduzidos na nota fiscal apresentada para efeito de pagamento.

- 8.3. Para efetivação do pagamento, a DETENTORA deverá, obrigatoriamente, encaminhar a Nota Fiscal/Fatura para o e-mail nf@cpb.org.br.

8.3.1. O não envio da nota fiscal para o e-mail nf@cpb.org.br poderá ocasionar atrasos nos trâmites de liquidação.

- 8.4. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da **DETENTORA**, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

- 8.5. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, de titularidade da empresa e o emissor da nota fiscal, vinculada ao CNPJ.

- 8.6. A **DETENTORA**, fica sempre condicionada à apresentação dos seguintes documentos, para a efetivação do pagamento:

8.6.1. Via da Nota Fiscal / Fatura com identificação do Número da Ata de Registro de Preços e Número da Ordem de Serviço.

8.6.1.1. Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Ordem de Serviço ou termo assinado, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.





8.6.2. Regularidade Fiscal

- e) comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica no site do Ministério da Fazenda;
- f) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- g) Certidão de regularidade perante o FGTS;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- i) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários.

8.7. O CNPJ da documentação fiscal deverá ser o mesmo da proposta de preço apresentada no procedimento licitatório, sob pena de rescisão contratual.

8.8. O **GERENCIADOR** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa **DETENTORA**, nos termos deste Edital e seus anexos.

8.9. Nenhum pagamento será efetuado à empresa **DETENTORA** na pendência de: manutenção das condições de habilitação, atesto de serviços prestados/produtos recebidos e cumprimento de obrigações assumidas.

8.10. No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal comprobatório ou ausência da documentação constante do item 8.6.2, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciará somente após a apresentação de nova documentação, devidamente corrigida.

8.11. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira ou contratual em virtude de penalidade aplicada, mesmo quando oriunda de outros contratos que porventura venham a existir.

8.12. Previamente ao pagamento, o **GERENCIADOR** poderá realizar consulta aos órgãos competentes para ratificar a situação de regularidade da **DETENTORA** relativamente às condições de habilitação exigidas.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Além das sanções previstas no capítulo V, do Título III do Regulamento de Aquisições e Contratos (RAC/CPB), e demais normas pertinentes, quando for o caso, também poderão ser aplicadas à DETENTORA as seguintes penalidades pela inadimplência das obrigações contratuais, sendo-lhe assegurados o contraditório e a ampla defesa.



- 9.2. Multa de 30% (trinta por cento) pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido ou fazê-lo com atraso, sem a devida justificativa aceita pelo CPB, a qual incidirá sobre o valor do ajuste.
- 9.2.1. Incidirá na mesma penalidade a não apresentação dos documentos necessários a celebração do ajuste.
- 9.3. Advertência, quando:
- 9.3.1. Houver infração de menor potencial, desde que não haja prejuízo de fato para o **GERENCIADOR**;
- 9.3.2. Houver qualquer falha de pequeno vulto, assim entendida como aquela que não represente prejuízo de nenhuma natureza ao **GERENCIADOR**;
- 9.4. Multa, quando houver descumprimento dos prazos para execução dos serviços, da seguinte forma:
- 9.4.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço nos casos de atraso de 16 (dezesseis) a 30 (trinta) minutos no início da prestação do serviço, desde que o atraso não tenha causado prejuízo à execução da atividade ou ocorrido antes do início do evento;
- 9.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço nos casos de atraso de 31 (trinta e um) a 45 (quarenta e cinco) minutos no início da prestação do serviço, desde que o atraso não tenha causado prejuízo à execução da atividade ou ocorrido antes do início do evento.
- 9.4.3. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor correspondente ao item não executado, nos casos de inexecução parcial da Ordem de Serviço.
- 9.4.4. Considera-se inexecução parcial da Ordem de Serviço a não realização, integral ou substancial, de um ou mais itens contratados, desde que não comprometa a totalidade do objeto contratado, caracterizando o inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Contratada
- 9.4.5. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço nos casos de inexecução total. Considera-se inexecução total da Ordem de Serviço a ocorrência de:
- 9.4.6. Atraso igual ou superior a 46 (quarenta e seis) minutos no início da prestação dos serviços, quando tal atraso comprometer a execução da atividade ou inviabilizar o cumprimento do cronograma do evento.



- 9.4.7. Execução inadequada, incompleta ou defeituosa do objeto contratado que prejudique o resultado pretendido com a contratação, ainda que parte do(s) item(ns) tenha sido formalmente executado.
- 9.4.8. Caracterizada a inexecução total nos termos do subitem 9.4.6, o GERENCIADOR ficará:
- (i) desobrigada do recebimento do material e/ou do início da prestação do serviço, podendo recusá-lo, sem prejuízo da aplicação da multa correspondente à inexecução total prevista no subitem 9.4.5; e
 - (ii) autorizada a rescindir esta Ata unilateralmente e convocar os licitantes remanescentes da sessão pública devidamente cadastrados em cadastro reserva.
- 9.5. Caso o **GERENCIADOR** opte pelo recebimento do material e/ou início da prestação do serviço após o prazo que caracteriza a inexecução total, em razão da necessidade da contratação, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da respectiva Ordem de Serviço.
- 9.6. Multa de 5% a 10% sobre o valor da Ata quando houver descumprimento de outras obrigações, desde que não previsto em penalidade específica.
- 9.7. Quando o condutor (motorista) da Detentora se dirigir aos empregados, representantes ou demais pessoas envolvidas na execução do serviço de forma desrespeitosa, recusar-se injustificadamente a realizar a coleta ou a entrega da carga, deixar de cumprir as rotas, horários ou orientações estabelecidos pelo CPB, ou, ainda, não executar satisfatoriamente o serviço de transporte determinado, caberá à Detentora multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da ORDEM DE SERVIÇO, sem prejuízo da possibilidade de o CPB solicitar a substituição do referido condutor, que ficará impedido de realizar novos serviços para o Comitê.
- 9.8. No caso de reincidência, multa de 5% (cinco por cento) sobre a ORDEM DE SERVIÇO, sendo também necessário a substituição do condutor.
- 9.9. Sem prejuízo das penalidades previstas, o **GERENCIADOR** poderá rescindir unilateralmente a presente Ata de Registro de Preços nos casos de inadimplemento parcial ou total das obrigações assumidas
- 9.10. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe §5º, do art. 103, do Regulamento de Aquisições e Contratos (RAC/CPB).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA

- 10.1. Além das obrigações descritas no Edital de Pregão Eletrônico nº 070/2026 e seus anexos, cabe à **DETENTORA**:





- 10.2. Promover a organização técnica e administrativa do fornecimento / prestação de serviços, de modo a conduzi-lo eficientemente.
- 10.3. Executar fielmente o ajustado, prestando os serviços conforme descrito no Termo de Referência e demais documentos que orientam este ajuste, em consonância com a proposta apresentada quando da licitação, com estrita observância à legislação vigente que versa sob o objeto.
- 10.4. Nunca veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o contrato.
- 10.5. Prover os recursos humanos e materiais necessários à prestação do serviço.
- 10.6. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela assunção de quaisquer prejuízos causados por si ou por seus empregados a terceiros ou ao **GERENCIADOR**.
- 10.7. Cumprir os prazos e frequências das obrigações ajustadas para a execução dos serviços.
- 10.8. Comunicar ao **GERENCIADOR**, em tempo hábil, sobre eventuais obstáculos ao ritmo e qualidade dos trabalhos, propondo soluções, se for o caso.
- 10.9. Nomear, formalmente, o seu preposto para gerir os futuros ajustes.
- 10.10. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como: frete, transportes, impostos, taxas, contribuições fiscais, sociais, previdenciárias, trabalhistas, FGTS; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na presente Ata, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com o fornecimento do objeto;
- 10.11. Prestar ao **GERENCIADOR**, sempre que necessário, esclarecimentos a respeito das condições de execução dos serviços / fornecimento.
- 10.12. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 10.12.1. A fiscalização do fornecimento / execução dos serviços pelo **GERENCIADOR** não exime nem diminui a responsabilidade da **DETENTORA** por qualquer inobservância ou omissão em relação às suas obrigações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA





- 11.1. Além das obrigações descritas no Edital de Pregão Eletrônico nº 070/2026 e seus anexos, cabe à **GERENCIADORA**:
- 11.2. Indicar, na Ordem de Serviço, o responsável em fiscalizar, acompanhar e fazer a medição dos serviços prestados.
- 11.3. Prestar todas as informações necessárias à execução dos serviços / fornecimento.
- 11.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o disposto no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico do qual derivou este ajuste.
- 11.5. Efetuar o pagamento devido à **DETENTORA**, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão do relatório de execução de serviços e recebimento, com atesto, da respectiva nota fiscal/fatura.
- 11.6. Designar formalmente o gestor e/ou o(s) fiscal(is) para acompanhamento da execução dos futuros ajustes.
- 11.7. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas e que forem devidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:
 - 12.1.1. Pelo **GERENCIADOR** quando:
 - 12.1.1.1. A **DETENTORA** não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços e do Edital que lhe antecedeu;
 - 12.1.1.2. A **DETENTORA** se recusar a receber a Ordem de Serviço, sem que haja justificativa;
 - 12.1.1.3. A **DETENTORA** der causa à rescisão administrativa da Ata;
 - 12.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata;
 - 12.1.1.5. Os preços registrados se apresentem superiores aos praticados no mercado e a **DETENTORA** não aceitar redução dos valores registrados;
 - 12.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pelo **GERENCIADOR**;





12.1.1.7. Ficar constatado que a **DETENTORA** não mais cumpre qualquer das condições de culminaram em sua habilitação por ocasião da licitação;

12.1.1.7.1. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência física ou eletrônica, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços;

12.1.1.7.2. Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o Registro de Preços a partir do fim do prazo estipulado na publicação, sendo assegurada a ampla defesa e o contraditório.

12.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 12 será formalizado por despacho da autoridade competente, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.3. Pela **DETENTORA** quando:

12.3.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, em razão de caso fortuito ou força maior.

12.3.1.1. A solicitação da **DETENTORA** para cancelamento, devidamente comprovada e justificada, do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao **GERENCIADOR** a aplicação das penalidades previstas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

13.1. As partes declaram estar cientes das regras e princípios relacionados com a proteção de dados pessoais previstos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) - e nas demais determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores sobre a matéria, e concordam com a sua observância para realização de qualquer atividade de tratamento de dados pessoais, necessárias para a execução do objeto deste CONTRATO.

13.2. Os dados pessoais coletados incluem, mas não se limitam, as informações de qualificação dos representantes legais, nome e documento das testemunhas e nomes e contato de colaboradores e de prestadores de serviço. A finalidade da sua coleta é para a execução do objeto deste CONTRATO, conforme disposto no Art. 7º, inciso V, da LGPD.



- 13.3. Os dados pessoais de colaboradores e prestadores de serviço, que porventura forem coletados na execução deste CONTRATO, também poderão ser necessários para atender os interesses legítimos da **GERENCIADORA**, nos termos do art. 7º, inciso IX, da LGPD.
- 13.4. As partes se obrigam a proteger os dados pessoais a que venham a ter acesso em virtude ou em consequência da execução desta ARP, por meio da adoção de medidas técnicas, físicas e organizacionais de segurança da informação, bem como se obrigam ao dever de confidencialidade, integridade e sigilo, devendo assegurar que os seus colaboradores, consultores e prestadores de serviços que, no exercício das suas funções tenham acesso ou conhecimento das informações e dados pessoais tratados, estejam, igualmente e por contrato, obrigados ao sigilo profissional. O descumprimento da presente cláusula ensejará a imediata rescisão deste CONTRATO, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou criminal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. As partes declaram conhecer as normas de responsabilização, combate e prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, em especial os dispositivos do Código Penal Brasileiro, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e do Decreto 11.129/2022, bem como do Código de Conduta Ética e das Políticas de Integridade do CPB, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus funcionários e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados. Adicionalmente, as PARTES desde já se obrigam a não dar, oferecer ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores e quaisquer terceiros relacionados ajam da mesma forma.
- 14.2. Os signatários deste CONTRATO declaram, sob as penas da Lei, que são representantes legais das Partes aqui estabelecidas, devidamente constituídos dos respectivos Estatutos/Contratos Sociais ou com procuração contendo plenos poderes para assumir as obrigações ora contraídas.
- 14.3. As partes aceitam integralmente que as assinaturas do CONTRATO possam ser realizadas através de assinatura eletrônica, sendo o presente CONTRATO irrevogavelmente considerado por todos que o assinam, com prova documental e título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos.
- 14.4. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas desta ata de registro de preço poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

- 14.5. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente, serão dirigidos aos seguintes endereços:
- a) **GERENCIADOR:** Comitê Paralímpico Brasileiro, Departamento de Aquisições e Contratos - DEAC, sito a Rodovia dos imigrantes, Km 11,5 - CEP 04329-000, São Paulo, São Paulo.
- b) **DETENTORA:** inscrita no CNPJ/MF sob o nº com sede na n° – Bairro, Cidade / Estado..... CEP: Contato telefônico: (....)
- 14.6. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou resoluções do CPB que as autorizem.
- 14.7. Fica a **DETENTORA** ciente de que a assinatura desta Ata indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento deles, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 14.8. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares, suas próprias disposições e as do Edital que o precedeu, aplicáveis à execução dos termos e especialmente os casos omissos.
- 14.9. A **DETENTORA** deverá comunicar o **GERENCIADOR** de toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do presente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

- 15.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo desta Ata de Registro de Preço, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.
- 15.2. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação e seus anexos, a proposta da **DETENTORA** e a ata da sessão pública do Pregão Eletrônico n.º 070/2026, bem como demais instruções do **Processo Administrativo nº 0814/2026**.
- 15.3. E, assim, por estarem justas e acordadas as partes firmam o presente instrumento, com a ciência das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

São Paulo, xxx de xxxx de 2026.



Gerenciador

Detentora

Testemunha

Testemunha

